



**Constituinte  
terá a voz  
do indígena?**

(Pág. 3)

**Museu conta  
com nova  
organização**

(Págs. 4 e 5)

**Sudene dá  
prioridade  
ao índio**

(Pág. 6)



**Demarcações em  
ritmo recorde**

ANO 1 - Número 03 - Brasília, Outubro de 1986

(Página 7)

# editorial

É inegável que os brasileiros de bom senso vêem com simpatia e satisfação o surgimento de candidatos oriundos de tribos e que irão lutar por uma nova legislação que lhes dê prioridade e um novo tratamento.

O Brasil está a um passo da eleição da Assembleia Nacional Constituinte cujos integrantes serão conhecidos a partir do dia 15 próximo quando milhares de eleitores irão às urnas no mais democrático exercício político universal. Elegendo novos governadores, senadores e deputados federais e estaduais, o país estará se renovando politicamente. É de se esperar, com justa razão, o surgimento de uma nova safra de políticos — todos voltados para a defesa dos legítimos interesses da população. Do Oiapoque ao Chuf, as campanhas dos partidos atingiram todas as etapas possíveis, mostrando que a democracia é aberta a todos porque o povo dela se serve para poder viver em plena liberdade.

No momento em que há uma natural expectativa em relação aos futuros ocupantes das cadeiras do Congresso Nacional, é de se ressaltar a participação dos índios no pleito previsto para 15 de novembro. Nunca tantos índios participaram de um pleito. Eles terão seus nomes examinados pelos milhares de eleitores e, por si só, a participação dos silvícolas nesse exercício democrático demonstra que o país vive uma outra era, uma outra etapa de amadurecimento da consciência política. Votar e ser votado são dois exercícios abertos, felizmente, a todas as camadas da população.

A inexistência de discriminação — os analfabetos também terão direito a voto — significa e se confunde com democracia. Os índios que se candidatam tanto à Constituinte como a outros cargos a nível estadual querem, com justa razão, aumentar o espaço por eles conquistado no universo político a partir da eleição, em 1982, do primeiro índio brasileiro — Mário Juruna, agora candidato à reeleição. Aumentar o espaço representa um maior poder de força para a defesa de postulados como o do patrimônio indígena, aí compreendidas, em especial, as terras dos índios.

betos também terão direito a voto — significa e se confunde com democracia. Os índios que se candidatam tanto à Constituinte como a outros cargos a nível estadual querem, com justa razão, aumentar o espaço por eles conquistado no universo político a partir da eleição, em 1982, do primeiro índio brasileiro — Mário Juruna, agora candidato à reeleição. Aumentar o espaço representa um maior poder de força para a defesa de postulados como o do patrimônio indígena, aí compreendidas, em especial, as terras dos índios.

Ao mesmo tempo em que a Fundação Nacional do Índio, vivendo uma nova etapa de modernização, graças ao projeto de descentralização administrativa, imprime uma dinâmica mais realista no trato de assuntos ligados aos aborígenes, estes buscam, pelo voto, sensibilizar o eleitor no sentido de que silvícolas no Congresso ou nas Assembleias Legislativas representam a consciência não de um segmento mas de todo o povo brasileiro em relação à causa indígena.

O momento da Constituinte é extremamente importante para o país e é fundamental que todos os segmentos estejam representados. Os índios, dentro de um segmento, ficaram lamentavelmente à margem do processo político ao

longo das últimas décadas. É inegável que os brasileiros de bom senso vêem com simpatia e satisfação o surgimento de candidatos oriundos de tribos. Se eleitos, os índios naturalmente irão lutar por uma nova legislação que lhes dê prioridade e um novo tratamento. Certo estava o presidente Romero Jucá Filho quando afirmou, recentemente, que a atual legislação deve deixar de ser paternalista e deseducadora passando a tornar-se um instrumento de apoio responsável.

Acima de quaisquer partidos, é preciso que os índios candidatos eleitos a 15 de novembro — por si só uma data histórica — trabalhem para mudar a legislação. Só assim estaremos mais amparados no amplo sentido da palavra. Votar num candidato índio é votar contra o preconceito com que a questão indígena sempre foi vista e tratada. É homenagear aqueles que, com seu sangue, suor e lágrimas, ajudaram a desbravar o Brasil, sob sol e chuva. Os que compreendem a verdadeira importância dos primeiros habitantes do Brasil e a dramaticidade de seus problemas — felizmente reduzidos nos últimos seis meses — devem traduzir essa compreensão em votos para os aborígenes cujos direitos têm que ser respeitados e os créditos resgatados.

## OPINIÃO

Sônia de Almeida Demarquet

### Uma luta que vale a pena

A FUNAI, além da tarefa e encargo primeiros que constituem sua razão de ser — a defesa do indígena como um todo, em qualquer de suas dimensões —, tem igualmente nas mãos outra responsabilidade: a luta contra o preconceito.

O preconceito é um mal que corrói aos poucos a estrutura de uma sociedade, infiltrando-se nos desvãos das mentes pouco esclarecidas, limitadas, ignorantes. Pior que tê-lo, no entanto, é negar sua existência, pois assim não será combatido e, sim, a cada dia crescerá, alimentando-se com o silêncio dos covardes e a omissão dos relapsos.

Ora, sabemos todos que o preconceito contra o indígena no Brasil nasceu a partir da chegada dos primeiros conquistadores e colonizadores portugueses em nosso litoral. Aos olhos dos europeus aquela gente pareceu bárbara, sem moral, indolente, destituída de qualquer qualidade ou refinamento que a aproximasse de um verdadeiro ser humano.

Passaram-se os séculos e a imagem do preconceito permanece.

O índio tanto pode ser visto como um ser totalmente mau ou totalmente bom, de acordo com o ponto de vista do julgador. Para uns, é considerado a quase-fera, o bicho do mato que não se importa em matar, saquear, violentar; para outros, torna-se a imagem ideal do homem inocente, puro, sem nenhum dos problemas e angústias vividas pelo dito "civilizado". Uns teimam em considerá-lo figura folclórica, com sua nudez e suas penas, enquanto que muitos ainda se irri-

tam ao vê-lo pela imprensa e ao vivo usando jeans, óculos, relógios, gravadores...

Enfim, todos aqueles que assim pensam incorrem em erro e deixam vir à tona seus preconceitos. O índio não é considerado um homem como outro qualquer, com suas misérias e grandezas, mas passa a ser visto e interpretado segundo a ótica conveniente ao momento.

Uma das finalidades da FUNAI, de acordo com o que dispõe a Lei nº 5371, de 5 de dezembro de 1967, é:

"Art. 1º . . . . .

VI — despertar, pelos instrumentos de divulgação, o interesse coletivo para a causa indigenista".

Se a causa indigenista deve ser encarada de forma objetiva e sincera, nela não poderá haver espaço para preconceitos — declarados ou não. Assim, cada um de nós deverá transformar-se em defensor da causa de maneira muito mais ampla do que pensamos. Em primeiro lugar, buscando identificar nossos próprios preconceitos, para melhor combatê-los. Em segundo, cada um de nós se fará um participante nessa luta, combatendo o preconceito contra o índio através do esclarecimento da opinião pública.

Ora, diremos, o que fazer se não temos veículo para divulgar essa mensagem? Claro que temos, um instrumento possante e combativo, desde que se tenha vontade: a voz. Contemos para nossa família, para os amigos, qual a realidade dos povos indígenas no Brasil, suas lutas e suas esperanças. Ajudemos os pro-

fessores de nossos filhos, participando da programação da Semana do Índio e apresentando nossos depoimentos e os resultados de nossa experiência de trabalho na FUNAI. Onde quer que ouçamos vozes a vomitar seu ódio e seu preconceito contra os indígenas, não tenhamos medo de gritar a verdade, com todas as letras.

Outras formas também existem de atuação, para que participemos desse combate. Em qualquer cidade em que estejamos ou perdidos em um rincão distante do Brasil à frente de um posto indígena, sempre teremos por perto alguém ou um grupo de pessoas que desprezam e minimizam o papel do índio em nossa sociedade. Por que não esclarecê-los, mostrar que o indígena deu e dá uma contribuição inestimável para este país, através do seu sangue, de seu trabalho, de seu sofrimento? Se alguém diz que essa gente é por demais privilegiada, "recebendo" do Governo terra em demasia, por que não explicar a diferença entre duas culturas que se chocam secularmente e que encaram a terra cada uma conforme sua própria ótica? Por que não dizer que, quanto mais o índio conserva seus hábitos, costumes e tradições, vivendo da caça, da pesca e da coleta, mais necessita de amplos espaços para sobreviver?

Cada um de nós deverá, finalmente, reconhecer seu lugar e seu papel na batalha contra o preconceito. A FUNAI, sabemos, é um órgão atípico. Lida com material humano e cultural riquíssimo. Rico e diversificado qualitativamente,

Sônia Demarquet é Chefe da Divisão de Identificação e Delimitação da Superintendência de Assuntos Fundiários da FUNAI



embora pouco expressivo do ponto de vista numérico, o indígena necessita de tratamento igualmente diferenciado. Cada um se constitui em universo ímpar. Para que o órgão, no entanto, atinja sua plenitude enquanto instituição, dinamizando sua ação indigenista e adaptando-a à especificidade de cada grupo tribal, cada um de seus funcionários deverá aceitar-se como peça importante nessa engrenagem. Seja ele radiotelegrafista, auxiliar administrativo, professor, sertanista, antropólogo ou piloto de lancha, seu trabalho é fundamental no que tange à prática de uma política indigenista dinâmica, real e objetiva. Eis, portanto, outra forma de se superar o preconceito: aceitar a tarefa que nos cabe dentro desse quadro, não se envergonhando cada um de ser funcionário de um órgão que, a despeito de todos os reveses, dificuldades e pressões, consegue levar a cabo uma tarefa única e contraditória: integrar o índio ao nosso universo, preservar seu *modus vivendi* tradicional e amortecer os efeitos do tão propalado choque cultural

Brasília, 31.10.86.  
SÔNIA DE ALMEIDA  
DEMARQUET

## Cartas

### Biblioteca

Senhor Redator  
Desejo saber como usar, a título de consulta, a biblioteca da Fundação Nacional do Índio. Quero saber se, para usá-la, terei que arcar com alguma despesa. Sou estudante universitário, moro no Guarã II, em Brasília, e tenho interesse especial em relação a temas indígenas. Entendo que os índios devem ter suas terras preservadas e que a sociedade branca deve providenciar mecanismos legais para a defesa do patrimônio dos nossos índios.

Alberto G. Mendes  
Guarã II — Brasília — DF

A Biblioteca da Funai é aberta aos públicos interno e externo. Quem quiser usá-la não arcará com qualquer ônus. Ela situa-se no prédio onde funciona a presidência da Fundação Nacional do Índio, na 702 Sul, ao lado da Faculdade Dom Bosco, em Brasília.

### Eleições

Desejo que os índios que se candidataram à Assembleia Nacional Constituinte sejam eleitos. Eles merecem porque foram — e ainda são — os primeiros habitantes do Brasil. Quando Cabral chegou em Porto Seguro (ou terá sido em Cabralia?) encontrou indígenas que ajudaram os europeus a conhecer o Brasil.

Eustáquio Ribeiro de Souza  
João Pessoa — PB

O leitor deverá procurar nesta edição uma completa reportagem sobre os índios que concorrem à Assembleia Nacional Constituinte.

### Solicitação

Estou necessitando, para fonte de consulta, da legislação brasileira relativa aos índios. Creio que a Funai dispõe de publicações que contêm o que desejo. Pretendo obter a lei que instituiu a Funai e o Estatuto do Índio, entre outros documentos.

Everando Ferreira Araújo  
Fortaleza — CE

O envio do material já está sendo providenciado pela Funai.

### Congratulações

Acuso o recebimento do Jornal da Funai. Congratulo-me com a equipe de redatores pelo surgimento desse valioso instrumento de divulgação.

Amauri Serralvo  
Presidente em exercício da Ordem dos Advogados do Brasil  
Seção do Distrito Federal

### Jornal

Gostaria de receber informações sobre como receber o Jornal da Funai e outras publicações dessa assessoria. Leio o referido jornal na Biblioteca Central de nossa universidade.

Agostinho José Soares  
Universidade Federal do Espírito Santo  
Vitória — ES

O leitor que desejar receber o Jornal da Funai terá a seu dispor algumas opções. Poderá escrever diretamente para a Assessoria de Comunicação Social da Fundação Nacional do Índio — Funai SEPS Quadra 702 Sul Projeção "A" Ed. LEX sala 301 fone 226-9411 ou 226-8211 ramal 200 — Brasília-DF — ou procurar a publicação numa repartição regional da Funai. O jornal tem distribuição gratuita.

### Agradecimento

Acuso o recebimento da publicação mensal da Assessoria de Comunicação Social da Fundação Nacional do Índio. Muito grato pela remessa do jornal.

Vereador Rubem Gambôa  
Câmara Municipal do Recife — PE

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO

Vinculada ao Ministério do Interior

Ministro do Interior: Ronaldo Costa Couto

Presidente da Fundação Nacional do Índio: Romero Jucá Filho

Superintendente Geral: Marcelo Chagas

Superintendente para Assuntos Fundiários: Daniel Marques

Expediente

Editor Responsável: Roelof Sá

Redator-Chefe: Kleber Sampaio

Chefe de Redação: Eduardo Franklin

Diagramação: Marcos Lisboa

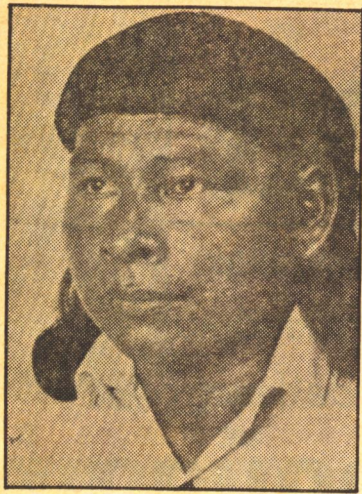
Paginação: Luiz Carlos

Coordenação: José Garcia

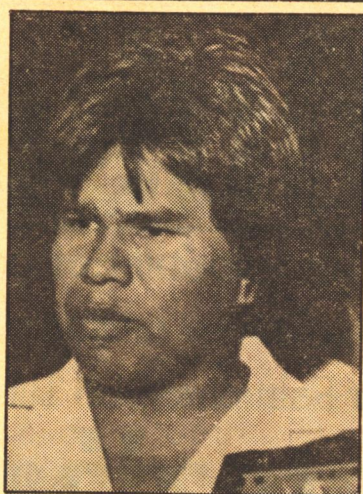
Impressão: Gráfica e Encadernadora Brasil

Jornal da FUNAI

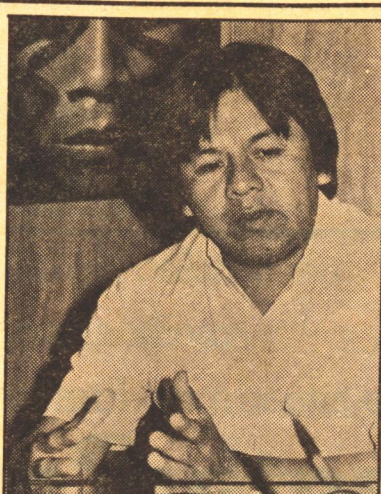
Jornal de publicação mensal da Assessoria de Comunicação Social da Fundação Nacional do Índio. SEPS — Quadra 702 Sul Projeção "A" Ed. LEX 3º andar Sala 301 — Fone: 226-9411 Brasília-DF



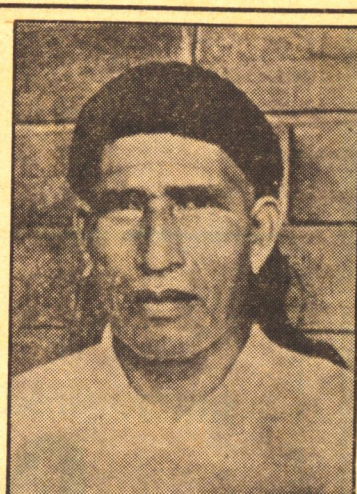
Nicolau (PDT)



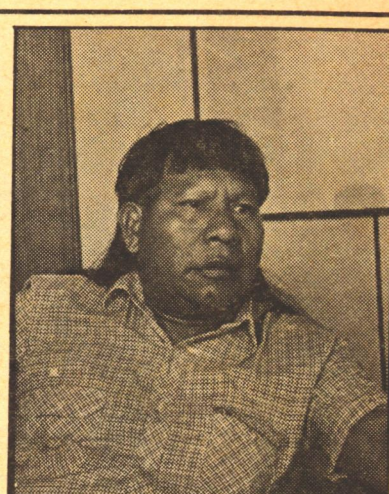
Idjarruri (PMDB)



Terena (PDT)



Augusto (PDT)



Juruna (PDT)

As eleições marcadas para 15 de novembro terão a presença de candidatos índios. Mário Juruna tenta a reeleição. Todos esperam votos suficientes para se tornar constituintes em 87

# Índios querem ser constituintes

A defesa do patrimônio indígena é a principal bandeira dos índios candidatos à Assembleia Nacional Constituinte. Um deles — o cacique Xavante Mário Juruna — vai tentar a reeleição pelo PDT do Estado do Rio. Os demais são estreantes na carreira política. Quase todos consideram que a política indigenista deve ser mudada.

Caso eleitos, eles aumentarão o espaço conquistado no Congresso pelos indígenas. Todos vêm trabalhando há meses no sentido de que sejam vitoriosos no pleito de 15 de novembro e consideram que a presença do índio serve, também, para despertar junto aos brancos a consciência em relação aos silvícolas.

## JURUNA

“Índio não deve nada ao branco. O branco é que deve ao índio” diz Juruna, nascido às margens do Rio Couto Magalhães, em Barra do Garça (MT) e candidato sob o número 1240 pelo PDT fluminense. Os principais pontos de sua plataforma política são a permanência do atual Estatuto do Índio, a continuidade da Comissão do Índio e a luta pela demarcação de terras indígenas. “A minha presença na Constituinte é importante. Vou lutar para continuar garantindo a terra para a nossa comunidade”, sentencia. Juruna tem percorrido grande parte do Estado do Rio à cata de votos e acredita que será reeleito por mais quatro anos.

O parlamentar — primeiro silvícola eleito no Brasil, o que lhe deu incontestada notoriedade — afirma que “nenhum cidadão deve esquecer o índio porque somos patrimônio nacional. O branco quando chegou aqui usou o braço do índio” recorda sugerindo mais apoio e assistência aos indígenas brasileiros cuja população é estimada em 220 mil índios em todo o país.

## NICOLAU

Nicolau Tsererowé é candidato a deputado federal pelo PDT de Mato Grosso. Ele concorre pela primeira vez e sob o número 1291. “Se a Constituição manda em tudo, quem melhor para fazê-la do que o índio, o trabalhador, o povo? Cada povo tem que estar representado no Congresso Nacional. Todos segmentos da sociedade têm que ver seus direitos defendidos no Congresso Nacional” salienta. Ele reconhece que precisa “contar com a força de amigos não índios” e frisa que “o trabalhador urbano, o negro, o trabalhador ru-

ral, o pequeno e médio agricultor são explorados e só lembrados na hora da eleição. Chegou o momento de se dizer não aos exploradores”.

Outro ponto de sua campanha é a reforma agrária que ele considera fundamental ao lado de uma maior demarcação de terras indígenas. Nicolau vem viajando todo o Estado de Mato Grosso e espera receber o apoio suficiente para representar seu povo no Congresso.

Também em Mato Grosso há outro índio — Augusto, número 12.148 — candidato a ingressar no universo político. Ele concorre a uma vaga na Assembleia Legislativa. É do PDT e tem como plataforma de sua campanha a defesa dos direitos humanos. “Fé na raça, fé no povo, fé em Deus” são frases lidas em um dos cartazes por ele afixado em Cuiabá. Augusto Weewhite pretende defender a demarcação de terras em maior escala.

## TERENA

Marcos Terena é o único índio candidato por Brasília cujos eleitores vão votar pela primeira vez em candidatos ao Senado e Câmara (o governador do Distrito Federal, de acordo com a lei, é nomeado — e a cidade não tem uma Câmara de Vereadores ou Assembleia). Em seus 26 anos de existência, Brasília viu sua população ir às urnas apenas uma vez: foi quando Jânio Quadros se elegeu Presidente da República.

Marcos Terena, candidato pelo PDT, é um defensor das terras indígenas e dos direitos do seu povo. Formado em Administração de Empresas, 33 anos, assessor para assuntos indígenas do Ministério da Cultura, Terena conta com o apoio não só de índios de vários Estados mas também de inúmeros eleitores não índios residentes em Brasília. Assim, ele espera contar com o apoio de pessoas sensíveis à causa dos silvícolas. Depois de residir em Mato Grosso, Terena veio para o Distrito Federal onde está há sete anos. “Aqui, há um projeto social e político para o ano 2000” finaliza.

## KARAJÁ

“Chegamos à conclusão que os próprios índios têm que buscar soluções para seus problemas através da Assembleia Nacional Constituinte”. Assim Idjarruri Karajá, um jovem índio, casado, dois filhos, da aldeia de Santa Isabel do Morro, na

Ilha do Bananal, justifica sua candidatura para deputado federal, por Goiás.

Idjarruri Karajá conta que seu envolvimento com a problemática indígena mais abrangente começou em 1981. Nessa época, ele, Marcos Terena, Estevão Taukane, Olair Karajá, todos estudantes em Brasília, conscientizaram-se da necessidade de um movimento indígena, em caráter nacional, que “defendesse o índio do ponto de vista do próprio índio”.

Idjarruri acredita que sua candidatura é representativa não só dos povos indígenas, como também dos posseiros, bóias-frias, e de todas as minorias que se identificam com o índio.

## CONSTITUIÇÃO

Na nova Constituição, Idjarruri quer lutar basicamente por demarcação de terras, direito de propriedade coletiva e reconhecimento do índio como índio.

“Sem demarcação, o índio fica exposto a todo tipo de violência”, argumenta. Referindo-se à proposição de direito de propriedade coletiva das terras indígenas, explica que a atual lei apenas dá o usufruto das riquezas naturais, sem dar o direito de propriedade, excluindo, inclusive, o direito sobre o subsolo. Finalmente, assegura que o reconhecimento do índio como índio será na nova Constituição o resgate histórico para com os indígenas, que sofrem há cinco séculos todo tipo de agressão às suas línguas, costumes e tradições. “O índio é um ser humano”, emenda.

Para Idjarruri, o índio necessita de terras demarcadas e assistência em todos os sentidos. O Brasil tem que reestruturar a política indigenista, que está defasada para o índio de hoje”.

## AMAZÔNIA

A eleição para a Assembleia Nacional Constituinte está movimentando os índios da Amazônia. Ao todo são quatro índios de etnias diversas, que têm dado um toque totalmente diferente nas campanhas dos Estados do Amazonas e Acre e Território Federal de Roraima.

Dos quatro candidatos, apenas um disputa uma vaga para Assembleia Legislativa do Amazonas. Por Roraima o índio Macuxi Gilberto tentara chegar até Brasília assim como Biracy Brasil pelo Acre e Alvaro Fernandes Sampaio de etnia Tukano, do Amazonas, que considera essas candidaturas como sendo do movimento indígena e não de partidos.

Quando Alvaro Tukano apareceu no horário do TRE, seu pronunciamento de poucos minutos impressionou muitos eleitores. Para ele a sociedade brasileira está mais aberta para os movimentos sociais e isso possibilita uma maior aproximação com a sociedade envolvente.

Alvaro apresenta em sua plataforma política seis propostas básicas: reconhecimento dos direitos dos povos indígenas como primeiros habitantes do Brasil; demarcação e garantia das terras indígenas; usufruto exclusivo, pelos povos indígenas, das riquezas naturais existentes no solo e subsolo dos seus territórios; reassentamento, em condições dignas e justas, dos posseiros pobres que se encontram em terras indígenas; reconhecimento e respeito às organizações sociais e culturais dos povos indígenas, com seus projetos de futuro, além das garantias da plena cidadania e ainda uma reforma agrária sob o comando dos trabalhadores.

Casado com uma mestiça colombiana e pai de uma menina de quatro anos, Alvaro diz que é fundamental fortalecer o movimento indígena, e explica que é candidato pelo Partido dos Trabalhadores, pois “é o único que defende uma política condizente com a realidade do Terceiro Mundo”.

Os índios, hoje, têm uma proposta concreta e, vendendo ou não as eleições de 15 de novembro, tentarão viabilizar estas propostas, uma das quais será tratada com a própria Funai. Alvaro antecipa que os índios apoiam a descentralização.

Sem dinheiro, os candidatos índios fazem um outro tipo de campanha bem diferente da dos brancos. Para Alvaro a campanha dos índios é de conscientização, e não de distribuição de brindes e favores. Mesmo sendo novo na política, ele espera que os erros do passado não se repitam, como o “manobristismo dos antigos parlamentares”, e que o movimento indígena não permitirá que acabem com o artigo 198 da Constituição vigente.

Ao final Alvaro revela que esta Constituinte será apenas de brancos, daí tornar-se um desafio para os índios pois o que se vê são grupos econômicos defendendo apenas seus interesses e a Funai para muitos apenas atrapalha o progresso, por tutelar os índios, quando isso não é verdade, e destaca: “nós vamos defender a Funai e vamos defender uma Constituinte livre para a participação das comunidades indígenas”.



Os índios terão agora novos benefícios

## Indígenas do Acre ganham

Os índios seringueiros do Acre serão beneficiados com recursos da ordem de Cz\$ 1.230.000,00, através de convênio assinado entre o presidente da Fundação Nacional do Índio - FUNAI, Romero Jucá Filho, e o superintendente da Superintendência da Borracha - SUDHEVEA -, Luciano Alvarenga de Aguiar. Caberá à FUNAI a parcela de Cz\$ 830.000,00, ficando os restantes Cz\$ 400.000,00 a serem aplicados pela Superintendência da Borracha.

"O convênio visa assegurar o desenvolvimento comunitário dos índios seringueiros, propiciando apoio à organização de associações de produção e consumo. Dessa forma, busca-se promover a auto-suficiência desses grupos indígenas, com o aproveitamento dos recursos naturais existentes em suas reservas, bem como incentivar atividades agrícolas economicamente rentáveis e compatíveis com a conservação do meio-ambiente", explicou Jucá Filho.

A FUNAI ficará responsável pelo assessoramento técnico das áreas indígenas, orientando as associações em seu contato com fornecedores e compradores, além de colocar à disposição da Sudhevea sua infraestrutura técnica e operacional existente nas áreas do projeto. O acordo entre os dois órgãos prevê a participação da Sudhevea na promoção de ações dirigidas à melhoria da qualidade da borracha produzida, através da assistência técnica prestada por seu Departamento de Produção Industrial.

O acordo entre a FUNAI e a Sudhevea se insere na nova sistemática de atuação do órgão tutor dos índios brasileiros, no sentido de articular as ações de todo governo em benefício das comunidades indígenas. Nesse sentido, o presidente da FUNAI vem captando recursos, assessoramento técnico e apoio institucional em diversas áreas governamentais, em especial nos setores de Saúde, Educação, Atividades Produtivas e Desenvolvimento Comunitário.

Ele acredita que a FUNAI não pode, isoladamente, resgatar a imensa dívida social que a sociedade brasileira tem para com os nossos índios. Com base nessa premissa é que se desenvolvem as ações da atual administração da FUNAI, buscando em todos os segmentos da sociedade, sejam do setor público ou privado, o apoio e colaboração que possam ser prestados na assistência às minorias indígenas.

O ministro do Interior, Ronaldo Costa Couto, assinou portaria baixando novas normas de organização para o Museu do Índio, no Rio de Janeiro, que ganha, na estrutura básica da Fundação Nacional do Índio - FUNAI -, o status de órgão de assessoramento do presidente da entidade tutora dos índios brasileiros.

Segundo Costa Couto, a medida é baseada na necessidade de estruturar, junto à Presidência da FUNAI, assessoria para a formulação de uma política cultural integrada, visando a promoção e divulgação dos estudos e investigações sobre as sociedades indígenas, bem como o resguardo - material e científico - das manifestações culturais das populações indígenas brasileiras.

### SENSÍVEL

O presidente da FUNAI, Romero Jucá Filho, acrescentou que o ato do ministro do Interior revela, mais uma vez, a "sua sensibilidade para com a questão indígena; a mesma postura manifestada em diversas ocasiões pelo próprio presidente da República. Segundo Jucá, a iniciativa do ministro levou em conta o significativo acervo existente no Museu do Índio e a sua tradição no campo do trabalho cultural.

A nova estrutura do Museu do Índio será implantada sem ônus adicional para a FUNAI e garantirá a sua atuação no resguardo, sob o ponto de vista material e científico, das manifestações culturais representativas da história e tradição das populações indígenas. O Museu do Índio passará a trabalhar no desenvolvimento do interesse coletivo pela causa indígena, na promoção, ampliação e divulgação de estudos e investigações sobre as sociedades indígenas brasileiras.

Além de assegurar um assessoramento especializado à Presidência da FUNAI, a nova estrutura organizacional possibilitará ao Museu do Índio manter intercâmbio cultural e científico com outras instituições nacionais e estrangeiras afins.

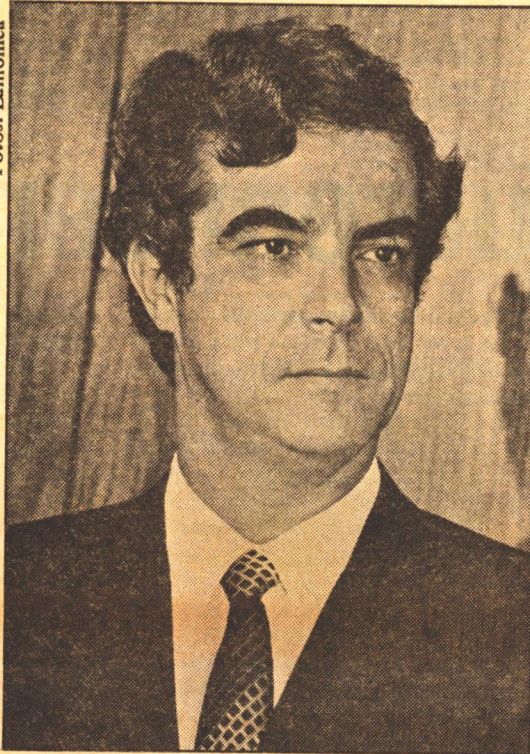
A estrutura básica do Museu será composta pelos setores de Etnologia Indígena, Museologia, Linguística, Documentação e Biblioteca, Antropologia Visual, Pedagogia, Arqueologia, Antropologia Jurídica e Administrativo.

# Museu

Ato do Ministro do Interior possibilitará melhor organização e mais dinamismo ao antigo prédio situado na Rua das Palmeiras, no Rio de Janeiro

## Costa Couto dá nova orga

Fotos: Lamônica



Ministro do Interior reconhece valor do Museu



A última foto do Marechal Rondon em vida foi tirada por

### Cláudia Menezes

## Acervo do SPI recuperado

O Museu do Índio, oficialmente inaugurado no dia 19 de abril de 1953 como

parte das comemorações do Dia do Índio Americano, conheceu a sua fase pioneira na década de 40. Este período pode ser indicado como a "etapa de aquisição": através do trabalho de registro fílmico e fotográfico e da organização das primeiras coleções etnográficas, realizado entre outros por Nilo Vellozo, H. Foerthman e H. Schultz, constituiu-se o seu acervo base.

A tarefa de estruturação foi continuada pelo antropólogo Darcy Ribeiro, que a partir de 1952 intensificou as atividades de investigação e de formação de pesquisadores, contando inclusive com a colaboração de experientes antropólogos estrangeiros.

Consideramos a fase atual como a "etapa de utilização", ou seja, embora prossigam as pesquisas etnológicas, linguísticas, o registro fílmico e fotográfico e a ampliação das coleções etnográficas, há todo um esforço para definirem-se novos caminhos de modo a maximizar o uso dos re-

ursos materiais e da informação existente.

O Regulamento que acaba de ser aprovado resultou da experiência acumulada e constitui a primeira normatização que o Museu conhece enquanto instituição museográfica em seus 33 anos de existência. O Regulamento também consolida uma nova atitude e marca o fim de um período. Objetiva a proposta atual, viabilizar um museu moderno, vivo, que rejeita a condição de repositório passivo de bens culturais e que se caracteriza por integrar de modo complementar a função de instituição de pesquisa à de serviço público. Está, portanto, plenamente consciente do seu papel cultural, educacional e recreativo.

O Museu do Índio, além disso, diferencia-se dos demais museus por sua atipicidade, pois dialoga com três interlocutores: com os povos indígenas, uma vez que lhe cabe preservar a memória indígena e auxiliar na defesa dos seus direitos históricos à terra e à identidade étnica diferenciada; com a Funai, assessorando seu quadro administrativo e orientando a política cultural do órgão; e também com a socie-

dade nacional, devendo esclarecê-la sobre a questão indígena e contribuir para a criação de uma mentalidade despida de preconceitos e estereótipos negativos.

O Museu está equipado materialmente e possui quadro técnico treinado capaz de produzir conhecimento e de refletir sobre os problemas que atingem as nações indígenas que o vincula à academia. Esta posição é peculiar num órgão que tem uma função eminentemente prática, implementar a política indigenista do Estado brasileiro. Os setores técnicos foram recentemente regulamentados e incluem o de Etnologia Indígena, Linguística, Museologia, Documentação e Biblioteca, Pedagógico, Antropologia Visual, Antropologia Jurídica e Arqueologia. Incluindo-se o pessoal administrativo o quadro funcional da instituição é atualmente de 59 servidores.

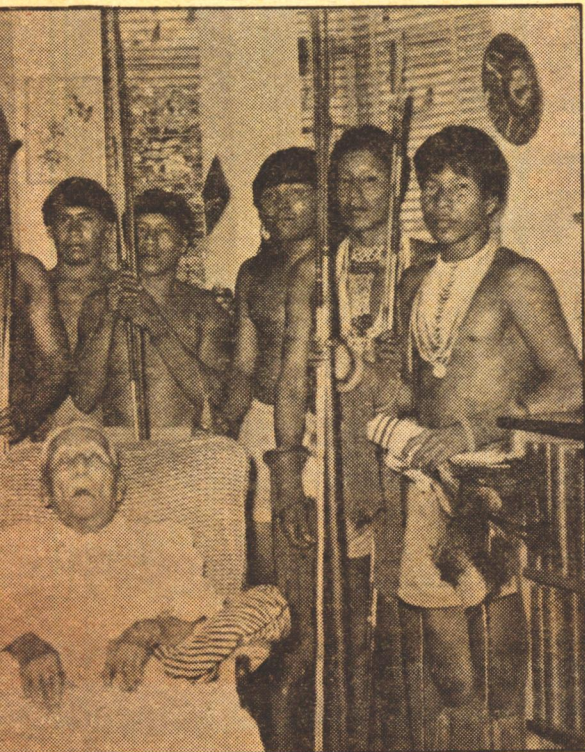
Algumas das metas que nos propomos a cumprir estão sendo implementadas.

Iniciamos, com suporte da Finep, pesquisa antropológica e linguística das sociedades Karajá e Pankararu, grupos muito conhecidos e com longo tempo de

# do Índio

Nomeado pelo Marechal Rondon, o fotógrafo Lamônica trabalha no Museu do Índio há 43 anos guardando e documentando a história dos silvícolas brasileiros.

## nização ao setor cultural



Lamônica e tem lugar de destaque em seu arquivo particular



Lamônica (E) sempre viveu cercado por índios cuja história guarda em fotos

### Lamônica retrata indígenas

Gestos característicos de uma pessoa educada, corpo atlético e uma disposição incomum para o trabalho compõem os principais traços do perfil de um dos mais antigos funcionários da Fundação Nacional do Índio. O fotógrafo João Domingos Lamônica trabalha no Museu do Índio há precisamente 43 anos. Hoje com 65 anos de idade, ele ingressou na repartição levado pelas mãos do Marechal Cândido Mariano Rondon. Aos 23 anos, atuava num laboratório situado no centro do Rio de Janeiro onde Rondon costumava tirar fotos 3x4.

— Um dia, ele precisou de um fotógrafo para o antigo Serviço de Proteção ao Índio e me perguntou se eu queria trabalhar com ele. Aceitei porque o conhecia. Sabia que se tratava de um homem fino e de largo círculo de amizades. Sabia que seria respeitado no meu ofício, revela Lamônica. Naquela época, Rondon, ainda general, confiou ao fotógrafo a tarefa de montar uma seção etnográfica no extinto SPI que, anos depois, deu lugar à Funai.

“O curioso é que o Marechal Rondon não era presidente do SPI mas do Conselho Nacional de Proteção ao Índio, um órgão de assessoramento de alto nível”, revela. Lamônica viveu a infância em Vitória, onde nasceu. Filho de italianos, com o fim da Segunda Guerra Mundial a família foi residir no Rio de Janeiro onde o então rapaz deu novos passos na profissão que abraçara: a arte de fotografar.

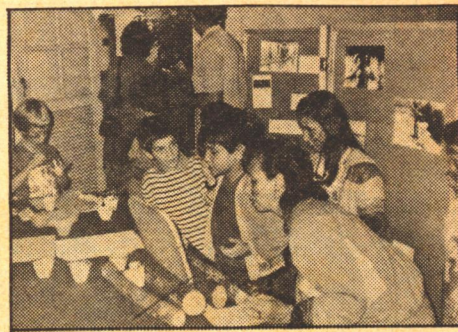
E foi fotografando que Lamônica percorreu várias regiões brasileiras pela Funai visitando áreas indígenas ao lado de sertanistas, antropólogos e topógrafos. “Fui muito amigo, por exemplo, do inesquecível Francisco Meirelles cujos filhos peguei no colo e também fotografei. Juruna, em Mato Grosso, eu conheci ainda

garoto. Hoje, é deputado e acho importante que seja reeleito para prosseguir defendendo os silvícolas no universo político brasileiro. Outros índios também devem ser eleitos, mas para isso é preciso que os brancos se conscientizem de que os indígenas precisam, aumentar seu espaço no Congresso Nacional”, sentencia.

Lamônica, ex-remador do Flamengo e do Vasco da Gama, considera importante a defesa do patrimônio indígena e diz que a integração é inevitável. “Temos que criar mecanismos de defesa das terras indígenas e, nesse sentido, a Funai muito tem feito. O presidente Romero Jucá Filho tem determinado a demarcação de inúmeras áreas indígenas”, emenda. João Domingos Lamônica chefia um arquivo com mais de 25 mil fotos e negativos de silvícolas num dos prédios do Museu do Índio, em Botafogo.

“Em boa hora, vejo o museu sendo dinamizado. Ele está recebendo um número cada vez mais crescente de visitantes, o que, no fundo, é muito bom para os índios porque desperta na sociedade branca a consciência em relação ao valor dos primeiros habitantes do Brasil”, salienta. O ex-remador confessa que numa decisão entre Flamengo e Vasco prefere não ir ao Maracanã “porque já sei que, qualquer que seja o resultado, serei campeão porque torço pelos dois. Afinal remei tanto pelo Flamengo como pelo Vasco”.

Ganhando Cz\$ 4.500,00 mensais de salário, Lamônica guarda boas recordações da profissão que abraçou e das amizades que sempre soube somar no Museu do Índio. Ele mesmo sintetiza o dia-a-dia profissional: “se tivesse que começar tudo de novo, começaria. Afinal, gosto do que faço porque faço tudo com amor e muita dedicação”.



Brincando com seus irmãozinhos índios

### Criança quer saber como vive o índio

Pintar o corpo à moda dos índios Kaejá e Xinguano. Jogar como fazem as crianças de grupos tribais de Roraima e Amazonas. Realizar uma corrida de toras a exemplo dos Krahô, de Goiás. As brincadeiras se repetem todos os fins de semana no Museu do Índio, no Rio de Janeiro, e atraem cada vez um maior número de crianças, jovens, e até os pais que procuram conhecer um pouco os hábitos e costumes dos índios brasileiros.

Brincar aprendendo. Esta é a filosofia do Setor Pedagógico do Museu, que orienta as atividades abertas ao público. Enquanto se divertem, as crianças entram em contato com os valores indígenas, sem os estereótipos e o exotismo com que o tema normalmente é tratado nos bancos escolares.

— É preciso mostrar às nossas crianças a verdadeira cara do índio brasileiro e desfazer a imagem que elas têm do índio americano — explica Ana Maria Vicenzio, pedagoga e uma das orientadoras do Setor.

E assim acontece todos os sábados e domingos. Faça sol ou chuva, as famílias tomam conta do casarão do século 19, no bairro de Botafogo, Zona Sul do Rio, onde funciona o Museu do Índio.

A brincadeira corre solta e as atividades variam em torno do tema do mês. Outubro foi todo dedicado à criança. No primeiro fim de semana do mês, uma apresentação de desenhos animados (Três Lendas Esquimó e Lenda dos Índios Mic Mac, do Canadá) lotou o auditório.

Também foram realizados jogos indígenas, das tribos Macuxi (Roraima) e Tiriyo (Amazonas). Através de brincadeiras, os indiozinhos imitam seus pais e os animais. Os meninos brincam com os pequenos arcos e flechas, piões e animais de cera e palha dobrada. As meninas brincam com panelinhas e pequenas tipóias em que carregam frutas como se fossem filhos.

Os jogos em grupo são um elemento importante para o aprendizado e socialização das crianças indígenas, que assim se prepararam para as tarefas futuras reforçando seu conhecimento da natureza.

A pintura corporal é uma atração especial. Antes de lançar mão da tinta e do pincel (todo o material é fornecido pelo Museu), as crianças aprendem que, ao contrário do índio americano, que só se pinta para a guerra, o índio brasileiro se pinta sempre, e os padrões indicam o grupo tribal ao qual pertencem. No início, alguma timidez. Mas, quebrado o tabu, não há quem deixe de meter o dedo na tinta.

As atividades do Setor Pedagógico, em outubro, se encerraram com uma Corrida de Toras, praticada pelos índios Krahô (Timbira), de Goiás. Além de divertir, essa corrida desenvolve o físico. E um aspecto estimulado entre as crianças: entre os índios não há competição.

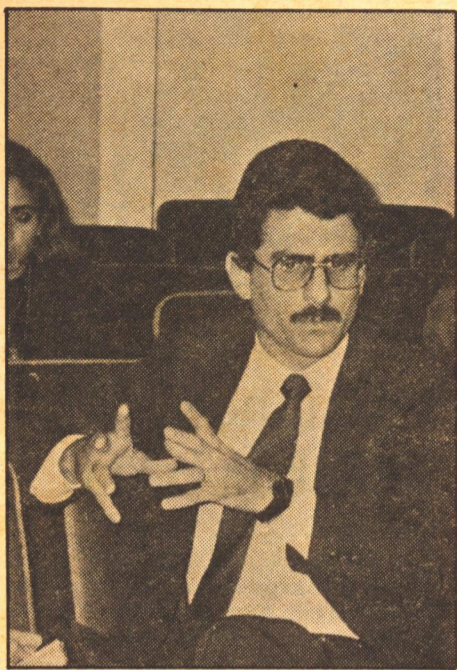
A antropóloga Cláudia Menezes é diretora do Museu do Índio

contato mas pouquíssimo estudados.

Estamos igualmente procedendo a um levantamento documental que visa a recuperar o acervo do SPI existente em outros órgãos como o Ministério da Agricultura e a Igreja Positivista do RJ.

O setor pedagógico tem realizado sistematicamente um conjunto de atividades educativas que visam atingir a camada estudantil e o público em geral.

A Museologia tem organizado mostras de arte indígena no Brasil e no exterior. O Projeto Central do setor é um programa de implantação de mini-museu nas Superintendências Regionais cuja função será integrar a Funai com a comunidade local. Foi também iniciada, numa atuação conjunta do setor de Etnologia e do setor de Antropologia Visual, o registro fotográfico dos grupos indígenas do Sul e do Acre, passo inicial de um projeto mais amplo de documentação sistemática das áreas indígenas do país. A fotografia e o cinema são recursos privilegiados para resgate da realidade tribal e para a preservação da memória cultural.



Jucá: Sudene dá novo tratamento ao índio

## Índio vai ter prioridade em investimento

Ao assinar em Arapiraca a portaria que garante prioridade na implantação de programas e projetos coordenados pela SUDENE para os municípios que abrigam populações indígenas no Nordeste, o superintendente Dorany Sampaio marca uma nova etapa no relacionamento entre órgãos de desenvolvimento regional e as comunidades indígenas neste País.

A avaliação é do presidente da FUNAI, Romero Jucá Filho, ao receber a portaria da SUDENE aprovando a moção por ele apresentada durante a última reunião do Conselho Deliberativo da SUDENE, realizada no Recife. Vinte e seis mil índios serão beneficiados com a medida, que abrange 41 municípios em oito estados.

A SUDENE priorizará a implementação de programas e projetos voltados especialmente para a infra-estrutura e serviços básicos, infra-estrutura econômica básica, agropecuária, atividades artesanais e agroindústria.

Segundo Jucá Filho, a aprovação da proposta da FUNAI pela SUDENE demonstra que o enfoque sobre a questão indígena vem mudando no País. "É um gesto de compreensão da amplitude da questão indígena que, fundamentalmente, é a questão social agravada pelo tempo, pelo choque cultural e pelo processo colonizador imposto ao índio", sentenciou.

Na opinião do presidente da FUNAI, a SUDENE vem, com este gesto, auxiliar no resgate da dignidade do índio brasileiro e favorecer o processo de interação do índio nordestino.

## Funai na era da informática

O presidente da FUNAI, Romero Jucá Filho, reuniu, em Brasília, todos os analistas de sistema da Fundação Nacional do Índio que, dentro de 30 dias, terá implantado o seu sistema de computação ligado diretamente ao terminal do Ministério do Interior. "A finalidade, explica Jucá, é agilizar o atendimento das reivindicações dos indígenas e permitir um melhor acompanhamento de todos os processos e projetos com uma margem de erro zero".

# Área dos Wassu está em processo de demarcação

Uma equipe de técnicos da Fundação Nacional do Índio encontra-se no município de Joaquim Gomes, em Alagoas, a fim de demarcar a área pertencente aos índios Wassu. Com 2.788 hectares e 1.050 indígenas, a área foi regularizada através de decreto assinado pelo presidente José Sarney. Segundo o presidente da FUNAI, anteriormente a situação era de tensão entre os silvícolas e posseiros.

Mediante gestões, envolvendo a FUNAI, MIRAD, Ministério do Interior, Governo de Alagoas e plantadores de cana, houve um acordo entre as partes e, agora, o Ministério do Interior, através da FUNAI, utilizará uma verba de aproximadamente Cz\$ 16 milhões para indenizar os posseiros a serem reassentados em outra região pelo Governo do Estado de Alagoas. Ao todo, são 32 famílias que, juntamente com os Wassu, têm na cultura da cana-de-açúcar sua principal atividade econômica.

Os trabalhos de demarcação devem durar um mês sendo a verba para a indenização dos posseiros transferida para 3ª Superintendência Regional da Fundação Nacional do Índio, sediada em Recife. A regularização encerra um conflito que se arrastava há vários anos porque a comunidade Wassu sentia-se desesperada devido à longa demora na solução do im-

passo. Além disso, os indígenas encontravam-se confinados em uma área de apenas 300 hectares.

Uma memória elaborada por técnicos da FUNAI em julho deste ano registra que os Wassu "numa atitude realista e ponderada não reivindicam a dominância resultante da doação. Reivindicam — prossegue o documento — a posse exclusiva de uma parte mínima das terras, a saber, 2.788 hectares e a solicitação é feita tendo por base o artigo 198 da Constituição Federal".

Na região, há, ainda de acordo com a Memória, 31 imóveis de não-índios sendo 20 detentores de títulos, cinco posseiros e seis em situação indefinida.

### REALIDADE

"Agora, vamos tornar realidade uma antiga aspiração dos Wassu cujo território foi preservado. Ganham, com isso, os indígenas e ganham, também, os brancos porque demonstraram bom senso aceitando as gestões com os silvícolas. As terras pertencem aos índios mas, com a presença de posseiros, a única saída para acabar com o latente conflito era a mediação para que se buscasse um denominador comum" finaliza Romero Jucá Filho.



Com terra assegurada, índio tem espaço para trabalhar

## Madeira será levada a uma licitação

O presidente da FUNAI assinou ato autorizando a realização de licitação de 3.000 metros cúbicos de madeira apreendida na área indígena do Parque do Aripuanã. Ao todo, são mil metros de cerejeira e dois mil de mogno.

Determinou, também, que um representante da comunidade indígena — a ser designado — integre a Comissão de Licitação e que a receita arrecadada seja vinculada a um plano de aplicação voltado para os índios.

### CONTROLE

A Comissão de Licitação adotará procedimentos administrativos como o levantamento do número de toros apreendidos e a respectiva cubagem e manterá rigoroso controle de retirada da madeira, promovendo a conferência de cada carga entregue e acobertando-a com o respectivo "Romaneio de Transporte de Madeira" e "Guia de Receita do Patrimônio Indígena", fazendo referência ao número da guia do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal — IBDF.

Romero Jucá Filho recordou, ao assinar o ato, que a madeira foi apreendida quando era retirada ilegalmente do Parque Indígena do Aripuanã. "Estamos trabalhando na defesa do patrimônio dos índios brasileiros e não podemos permitir ações clandestinas e ilegais como essa. À parte a depredação ecológica, os índios seriam lesados porque nada receberiam com o produto da venda da madeira. Agora, os toros serão licitados dentro do que determina a lei que visa a resguardar o patrimônio dos silvícolas", finalizou.

## Saúde do Índio é tema de reunião em Brasília

### OBJETIVOS

O presidente da Fundação Nacional do Índio confirmou a participação da FUNAI nos debates sobre "Proteção à Saúde do Índio", a serem realizados nos dias 26, 27 e 28 de novembro próximo, em Brasília, numa iniciativa do Ministério da Saúde.

O evento representa um desdobramento da 8ª Conferência Nacional de Saúde, que reuniu cinco mil pessoas entre profissionais da área de saúde, usuários dos serviços, grupos organizados e entidades da sociedade civil, no mês de março último, por convocação do presidente José Sarney.

O ministro da Saúde, Roberto Santos, ao convidar o presidente da FUNAI para participar dos debates, salientou que a reunião tem como um dos objetivos levantar subsídios a serem encaminhados à Assembleia Nacional Constituinte. A idéia é tornar as discussões as mais abertas possíveis à participação ampla do índio e dos vários setores da sociedade envolvidos e/ou interessados na questão indígena, especificamente na saúde do índio.

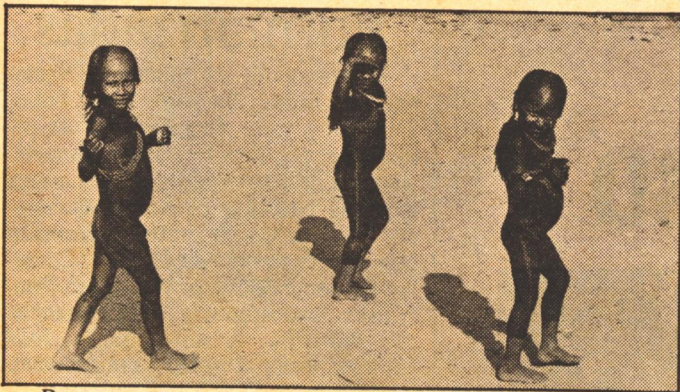
Como conseqüência da 8ª Conferência Nacional de Saúde estão sendo realizados debates nacionais sobre temas específicos, onze dos quais organizados pela Secretaria Nacional de Programas Especiais de Saúde, do Ministério da Saúde. O tema "Proteção à Saúde do Índio" será coordenado pela Divisão Nacional de Pneumologia Sanitária daquela Secretaria, com a participação de outros setores do órgão.

Entre os objetivos gerais dos debates, espera-se definir as bases de uma política de saúde para o índio, contemplando as especificidades históricas e culturais das várias nações indígenas do Brasil. Também será buscada uma proposta sob a ótica das necessidades do índio e de suas especificidades, bem como debatida a questão da Saúde e Direitos do Índio (cidadania) para subsidiar a Assembleia Nacional Constituinte.

Com as discussões, espera-se, ainda, definir estratégias de mobilização e conscientização nacionais para a importância do índio como patrimônio da humanidade e para a relevância da atenção às necessidades de saúde como garantia de sua sobrevivência. Dos objetivos específicos do evento ressaltam a intenção de envolver o índio na formulação da política de saúde e a definição de diretrizes para a política de saúde do índio.

Além da Fundação Nacional do Índio, estarão participando dos debates, entre outras entidades, a Associação Brasileira de Antropologia, Conselho Indigenista Missionário, Ordem dos Advogados do Brasil, Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, Ministérios da Reforma e Desenvolvimento Agrário, da Cultura, Comissões do Índio e da Saúde da Câmara dos Deputados, Universidades, Centros de Estudos, organizações de defesa do índio, museólogos e institutos de estudos e pesquisas sócio-econômicas.

# Aumenta o ritmo das demarcações



Demarcação garante a sobrevivência das futuras gerações

Decretos presidenciais de declaração indígena de ocupação ou de homologação de demarcação

DEC. Nº	DATA	TERRA INDÍGENA	UF
92.553	15.04.86	São Leopoldo	AM
92.554	15.04.86	Tikuna de Feijoa	AM
92.555	15.04.86	Bom Intento	AM
92.556	15.04.86	Tikuna de Santo Antônio	AM
92.645	13.05.86	Boca do Acre	AM
93.066	06.08.86	Apurinã Ig. Tauamerin	AM
93.070	06.08.86	Karajá Santana do Araguaia	PA
93.071	06.08.86	Igarapé do Caucho	AC
93.072	06.08.86	Caítitu	AM
93.073	06.08.86	Kaxarari	AM/RO
93.141	20.08.86	Kulina do Rio Envira	AC
93.142	20.08.86	Kaxinawá de Nova Olinda	AM
93.143	20.08.86	Trincheira	AM
93.144	20.08.86	Padre	AM
93.145	20.08.86	São Pedro	AM
93.146	20.08.86	Cacau do Tarauacá	AM
93.263	17.09.86	Geralda Toco Preto	MA
93.331	02.10.86	Wassu/Cocal	AL
93.074	06.08.86	Rio Branco	RO
93.067	06.08.86	Pirajuf	MS
93.068	06.08.86	Karitiana	RO
93.069	06.08.86	Andirá Marau	AP/PA
93.147	20.08.86	Pimentel Barbosa	MT
93.148	20.08.86	Mãe Maria	PA

## Áreas indígenas em processo de demarcação

ÁREA INDÍGENA	UF	SUPERFÍCIE (HA)	POPULAÇÃO INDÍGENA	ESTÁGIO (FASE)
01. Barão de Antonina I	PR	3.571	116	Em Execução
02. Barão de Antonina II	PR	1.342	240	Em Execução
03. Cacique Doble	RS	4.508	396	Em Execução
04. Guarita	RS	23.183	3.402	Em Execução
05. Ibirama	SC	14.156	898	Em Execução
06. Ivai	PR	7.200	625	Em Execução
07. Toldo Chimbangue	SC	966	105	Em Execução
08. Xapecó	SC	15.000	1.900	Em Execução
09. Japuíra	MT	148.450	640	Em Execução
10. Wassu/Cocal	AL	2.788	789	Em Execução
11. Geralda Toco Preto	MA	16.588	51	Em Execução
12. Lago Lençol (Uaçá II)	AP	5.286	63	Em Execução
13. Paquiçamba	PA	6.000	27	Em Execução
14. Apurinã Ig. Tauamerin	AM	84.250	130	Aguardando Plano Operação
15. Boca do Acre	AM	8.650	85	Em Execução
16. Cacau do Tarauacá	AM	24.850	81	Aguardando Plano Operação
17. Caítitu	AM	332.000	180	Aguardando Plano Operação
18. Capivara	AM	650	140	Concluída
19. Cuia	AM	1.150	15	Concluída
20. Felicidade	AM	170	40	Concluída
21. Igarapé do Caucho	AC	9.540	250	Em Execução
22. Itaitinga	AM	160	25	Concluída
23. Katukina Kaxinawá	AC	17.750	695	Em Execução
24. Kaxarari	AM	127.540	135	Aguardando Plano Operação
25. Kaxinawá/Aldeia Nova Olinda	AC	32.150	250	Em Execução
26. Kulina do Rio Envira	AC	58.600	200	Aguardando Plano Operação
27. Natal	AM	250	20	Concluída
28. Padre	AM	840	45	Concluída
29. Paracuhuba	AM	1.040	35	Concluída
30. Recreio	AM	690	65	Concluída
31. São Félix	AM	350	65	Concluída
32. São Pedro	AM	730	20	Concluída
33. Terra Vermelha	AM	8.750	200	Em Execução
34. Tikuna de Bom Intento	AM	700	120	Concluída
35. Tikuna de Feijoa	AM	46.200	1.320	Aguardando Plano Operação
36. Tikuna de Santo Antônio	AM	1.450	1.091	Concluída
37. Tikuna de São Leopoldo	AM	55.000	392	Em Execução
38. Trincheira	AM	1.550	90	Concluída
39. Karajá/Santana Araguaia	PA	1.126	25	Em Execução

Cumprindo promessa feita quando de sua posse, há pouco mais de seis meses, o presidente da FUNAI, Romero Jucá Filho, com amplo respaldo do ministro Ronaldo Costa Couto, do Interior, e do próprio presidente José Sarney, vem priorizando em sua administração a questão da demarcação das terras indígenas. Para Jucá, esse item é o que mais toca diretamente a sobrevivência das sociedades indígenas brasileiras, sem no entanto desprezar os setores ligados a saúde, educação, projetos comunitários e atividades produtivas.

Mas foi o setor de demarcação de terras o que maior impulso recebeu na atual gestão da FUNAI, garantindo ao governo Sarney um recorde difícil de ser batido em tão pouco tempo, num ritmo nunca experimentado desde que teve início o reconhecimento efetivo da posse de áreas indígenas, em 1910.

Entre processos de identificação de áreas, declaração de ocupação indígena, demarcações e homologações, o presidente Romero Jucá Filho já desenvolveu 114 providências com relação a 96 novas áreas indígenas, em sua maioria na região Amazônica onde se encontram mais de 60% dos nossos índios. A garantia das terras a seus legítimos ocupantes, além de justa, segundo o presidente da FUNAI, vem resgatar a imensa dívida social da nação brasileira para com suas minorias indígenas, abrindo um novo horizonte de perspectivas de preservação e desenvolvimento de suas culturas e da segurança para seus descendentes.

Para se ter uma idéia da real preocupação do atual governo com a questão das terras indígenas, vale lembrar que em 1984, foram assinados 14 decretos presidenciais de declaração de ocupação de área indígena ou de homologação de demarcação. Em 1985, esse número atingiu apenas 10 decretos, enquanto em 1986, até a posse de Romero Jucá Filho, a 2 de maio, apenas um decreto presi-



Costa Couto, Romero Jucá e Raoni: unindo esforços pelo índio

Processos encaminhados para assinatura de decretos presidenciais

ÁREA INDÍGENA	UF	SUPERFÍCIE (Ha)
Camicuã	AM	58.519
Poyanawa	AC	19.987
Nukini	AC	30.900
Apurinã Km 124	AM	33.400
Jaminawá	AC	23.117
Kulina do Médio Juruá	AM	770.300
Zuruahá	AM	233.900
Nhamundá/Mapuera	AM	1.022.400
Macarrão	AM	25.312
Merure	MT	82.301
Rio Mequens	RO	105.250
Koatinemo	PA	288.600
Arara do Ig. Humaitá	AC	27.700
Tubarão/Latundê	RO	118.000
Rio Biá	AM	1.180.200
Tenharim/Trans. Juruá	AM	499.500
Wiapi	AP	543.000

## Áreas indígenas em processo de identificação

Nº ORDEM	TERRAS INDÍGENAS	UF	GRUPO INDÍGENA
01	Cerrito	MS	Kayoá/Guarani
02	Jaraiá	MS	Kayoá/Guarani
03	Tapeba	CE	Tapeba
04	Mariênê	AM	Apurinã
05	Seruini	AM	Apurinã
06	Mamoriá	AM	Jamamadi /Apurinã
07	Inari/Catipari	AM	Apurinã
08	Água Preta	AM	Apurinã
09	Lourdes	AM	Jamamadi
10	Capana	AM	Jamamadi
11	Kirema	AM	Jamamadi
12	Inauini	AM	Jamamadi
13	Teuini	AM	Jamamadi
14	Sepatini	AM	Apurinã
15	Alto Sepatini	AM	Autônomo
16	Mamoriázinho	AM	Apurinã/Jamamadi
17	Paumari	AM	Paumari/Apurinã
18	Tumiã	AM	Apurinã
19	Tremembé	CE	Tremembé
20	Jarawara	AM	Apurinã
21	Ilha do Camaleão	AM	Tikuna
22	Igarapé Joari	AM	
23	Arara - Rio Guariba	MT	Arara
24	Arara - Chachoeira das Pimentas	MT	Arara
25	Arara - Ig. Piranhas	MT	Arara
26	Arara - Campo Grande	AM	Arara
27	Pareci - Estaç. Rondon	MT	Pareci
28	Pareci - Juírinha	MT	Pareci
29	Pareci - Uirapuru	MT	Pareci
30	Kaxinawá do Acurawa	AM	Kaxinawá
31	Liberdade	AC	Kaxinawá
32	Timbaúba	AC	Kaxinawá
33	Kulina do Médio Jutai	AM	Kulina

205.9603

Recuperar a memória tribal no que diz respeito às técnicas artesanais se insere no resgate dos valores tradicionais dos nossos índios

# Artesanato tem impulso

A descentralização administrativa da Fundação Nacional do Índio, posta em prática pelo presidente Romero Jucá Filho, já vem apresentando significativa e eficiente operacionalidade em todos os setores da assistência às comunidades indígenas. Graças à nova estrutura criada, baseada em uma maior autonomia às Superintendências Executivas Regionais, Administrações Regionais e Postos Indígenas distribuídos pelo País, os problemas mais urgentes agora possuem respostas imediatas, seja na área de demarcação de terras, saúde, educação ou projetos produtivos.

Outro setor que vem sendo dinamizado é o da produção artesanal indígena, há muito relegado a um segundo plano e que no momento volta a assumir seu importante papel na preservação e desenvolvimento de nosso patrimônio artístico e cultural. Na promoção do artesanato indígena a Funai conta hoje com oito lojas Artíndia, que estão sendo reestruturadas e ampliadas, localizadas em Brasília (duas, uma no Aeroporto e outra na Rodoviária), São Luiz (MA), Cuiabá (MT), Manaus (AM), Rio de Janeiro (RJ), Belém (PA) e outra em São Paulo. Os em benefício das comunidades indígenas e a divulgação do artesanato através de feiras e exposições. Com enorme aceitação foram mostradas e comercializadas peças na I Mostra Brasileira de Brindes Artesanais, realizada em São Paulo, na I Expo Portuguesa e seus Parceiros D'Alem-Mar, montada em Lisboa, Portugal, XV Ferar (Feira Nacional de Artesanato), ocorrida recentemente em Gramado (RS). No próximo mês de dezembro a Funai levará a produção indígena à IX Feira Brasileira do Artesanato, a ser realizada em São Paulo. Em todos esses eventos os consumidores são informados da capacidade de produção de cada tribo, preços e especificações técnicas e materiais, evitando-se que a sobrecarga de encomendas possa prejudicar o bom desempenho dos artesãos indígenas e a qualidade da produção.

## IDENTIDADE

O artesanato indígena representa um elo entre as sociedades indígenas e a sociedade nacional. A atividade artesanal é uma constante na vida do índio; está intimamente ligada ao seu universo cosmológico e à sua capacidade de intervir na natureza para modificá-la e usá-la, expressando através de sua cultura material a especificidade de cada grupo, como sociedades ímpares, com língua, organização, ritos e mitos próprios.

O incentivo à produção artesanal possibilita a transmissão de técnicas e hábitos culturais de geração a geração, e não é apenas o simples fato de fazer o objeto, é conhecer a matéria-prima, como coletá-la, como usá-la e o método para a sua transformação segundo as determinantes culturais de cada grupo indígena. E vai mais além: é o clima que esta atividade propicia, já que são nesses momentos que a sabedoria dos antepassados está sendo transmitida da forma mais arcaica e sábia — a narrativa.

A arte indígena fala pelas suas sociedades. Nela está incluída uma série de informações sobre o grupo, desde hábitos alimentares, sociais e étnicos, formando um código de comunicação.



Lamônica

O incentivo à produção artesanal possibilita a transmissão de técnicas e hábitos culturais de geração a geração, reforçando a identidade étnica dos diversos grupos indígenas do País

Para o índio, é um trabalho dignificante que valoriza o ethos tribal e reforça a sua identidade étnica. Por meio dessa manifestação material é pela sociedade nacional.

A par dessa abrangência, o presidente da Funai, Romero Jucá Filho, considera que esta atividade deve ser revigorada com impulso capaz de responder às aspirações das comunidades indígenas:

— Até o momento o Programa de Artesanato Indígena — Artíndia — não teve a representatividade necessária para promover a cultura indígena. Hoje pensamos no artesanato atuando numa estrutura mais coerente e agressiva, para oferecer um atendimento que responda de forma mais imediata às necessidades das populações indígenas, que têm na produção artesanal uma fonte de renda para atender as suas necessidades de consumo dos bens de nossa sociedade — explica Romero Jucá.

O presidente da Funai afirma ser visível que, ao longo dos anos relegada a segundo plano, a cultura indígena entrou em declínio, causando danos ao índio e ao nosso patrimônio cultural. Romero Jucá constata, também, que alguns grupos ainda sobrevivem segundo seus padrões culturais, mas muitos perderam a memória tribal,

principalmente no que diz respeito às técnicas artesanais.

Neste sentido, projetos voltados a resgatar e reafirmar a identidade indígena em andamento, tendo como idéias básicas devolver às sociedades indígenas o artesanato perdido no passado; estimular a confecção de objetos tradicionais como forma de preservar hábitos e técnicas culturais; e garantir uma renda complementar para os grupos indígenas.

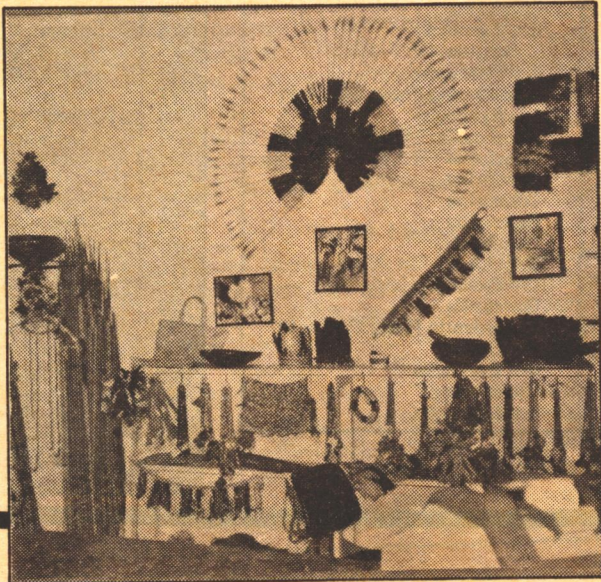
## ESTRUTURA

Para dinamizar esse trabalho, a Funai conta hoje com uma estrutura já em funcionamento, a partir da descentralização administrativa, que vai dar o respaldo necessário na execução desses projetos. Para valorizar algumas peças de acordo com sua representatividade e peculiaridade, Romero Jucá determinou um levantamento de todos os itens que compõem a cultura material indígena.

Também a tradicional exposição Moitará, realizada anualmente em Brasília, será re-dimensionada visando abranger um universo mais amplo e representativo da produção artesanal indígena, inclusive com mostras itinerantes em todo País.

## NOVO NOME

O setor de artesanato indígena ganhará outro nome — Centro de Promoção do Artesanato Indígena —, e contará com pessoal especializado para planejar, estruturar e realizar a nova política cultural e comercial do artesanato indígena. Este centro está sendo instalado no Centro de Convenções de Brasília, e propiciará uma Exposição Permanente das peças do acervo da Artíndia, além de uma infra-estrutura apoiada por uma biblioteca, sala de projeção e demais atrativos ao público interessado na cultura indígena.



## Pesquisas em reservas são normatizadas

O presidente da Fundação Nacional do Índio, Romero Jucá Filho, aprovou o novo Regulamento de pedidos de autorização para o desenvolvimento de pesquisa científica em área indígena baseado nos estudos elaborados pelo grupo de trabalho formado por representantes da FUNAI, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), e Associação Brasileira de Antropologia. Jucá explicou que a medida visa normatizar, no âmbito da FUNAI, os processos de pedidos de autorização para ingresso em área indígena e agilizar a tramitação de tais processos, de modo a evitar eventuais atrasos em suas soluções.

Pelo novo Regulamento, toda e qualquer pessoa física e instituição nacional ou estrangeira que pretenda ingressar em área indígena, para realização de pesquisa de caráter antropológico, arqueológico ou lingüístico, terá que solicitar ao Museu do Índio, no Rio de Janeiro, a indispensável licença, com antecedência de, no mínimo, dois meses da data prevista para o início dos trabalhos do campo.

## ÍNDIO OPINA

As solicitações de ingresso em área indígena para atividades de pesquisas científicas serão encaminhadas, concomitantemente, ao Museu do Índio e ao CNPq, devendo ser examinadas e respondidas no prazo máximo de três meses, a partir do recebimento da seguinte documentação: "curriculum vitae" e projeto de pesquisa do solicitante; xerox da carteira de identidade ou passaporte; abreugrafia e declaração por escrito de só ingressar em área indígena se estiver em pleno gozo de saúde e vacinado contra possíveis doenças endêmicas; documento de apresentação da Instituição à qual o pesquisador está vinculado; e apresentação dos estatutos ou outro documento válido por parte de pessoas jurídicas.

No caso de pesquisadores e instituições estrangeiras, a autorização deverá ser concedida pelo Museu do Índio, após o CNPq expedir a competente "Autorização para Expedição Científica no País". As novas normas estendem-se também a pesquisas de Ecologia, Geografia, Biologia, Zoologia e Botânica.

O presidente da FUNAI, Romero Jucá Filho, deixou claro, ainda, que as autorizações concedidas não implicam em obrigatoriedade de aceitação, por parte da comunidade indígena, do trabalho científico a ser realizado, de modo que, a qualquer tempo esta poderá solicitar ao Museu do Índio sua interrupção.

Em suas disposições finais o Regulamento determina que os pesquisadores deverão levar em especial consideração as solicitações da FUNAI no sentido de colher dados de interesse do órgão tutor no âmbito restrito de sua área de conhecimento científico, resguardando-se, entretanto, o direito de sigilo por motivos éticos, nos termos previstos pelas Associações as quais o solicitante integre. A FUNAI também espera dos pesquisadores a coleta de peças de reconhecido valor etnográfico de modo a ampliar o acervo do Museu do Índio, que se responsabilizará pelas despesas de aquisição e transporte das mesmas.